

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.168 - SC
(2018/0325465-7)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : MUNICIPIO DE ARARANGUA
PROCURADOR : DIK ROBERT DANIEL E OUTRO(S) - SC008976
EMBARGADO : SERMOG LTDA ME
ADVOGADOS : LUIZ OTAVIO FONSECA AZEVEDO - SC037637
WILSON JOSE MIRA JUNIOR - SC036288
EMBARGADO : AULUS EDUARDO TEIXEIRA DE SOUZA
ADVOGADO : AULUS EDUARDO TEIXEIRA DE SOUZA (EM CAUSA
PRÓPRIA) E OUTROS - SC041386

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos pelo **Município de Araranguá** contra decisão singular (fls. 1.024/1.025), por meio da qual não se conheceu do agravo em recurso especial em razão da incidência do óbice previsto na Súmula 182/STJ.

A parte embargante sustenta, em resumo, a existência de omissão no *decisum* "acerca dos efeitos da coisa julgada emanada destes autos, notadamente se *ex nunc* ou *ex tunc*" (fl. 1.038).

Requer, desse modo, o acolhimento dos aclaratórios para que sejam sanadas as omissões apontadas.

Impugnação do embargado às fls. 1.047/1.058.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do *decisum* atacado ou, ainda, para corrigir erro material.

Entretanto, *in casu*, não se verifica a existência de qualquer das deficiências em questão, pois a decisão embargada assentou de forma clara e fundamentada a impossibilidade de se conhecer do agravo que não impugnou todos os fundamentos que foram adotados pela Corte de origem para inadmitir o recurso especial. Confirma-se o seguinte trecho do julgado combatido (fls. 1.024/1.025):

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

No caso, a parte deixou de rebater, de modo específico, a apontada incidência do óbice da Súmula 7/STJ. Nesse caso, caberia ao insurgente demonstrar em de que modo a análise da alegada violação à lei prescindiria do reexame de matéria de fato.

Incide, desse modo, a Súmula 182/STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida").

Convém ressaltar que a Corte Especial do STJ, na assentada de 19/9/2018, consolidou o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial. Dessarte, não se admite a impugnação parcial do julgado (EAREsp 701.404/SC e o EAREsp 831.326/SP - Rel. Min. João Otávio de Noronha - Rel. para acórdão Min. Luis Felipe Salomão - Corte Especial - DJe 30/11/2018).

Denota-se que as alegações da embargante não prosperam, pois não guardam relação com as razões adotadas na decisão embargada, a qual possui fundamentação clara e suficiente.

Ora, não podem ser acolhidos os aclaratórios que, a pretexto de alegados vícios no julgado embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido.

Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição ou omissão no *decisum* embargado, conforme exige o art. 1.022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração. A propósito, confira-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. PROPÓSITO DE MODIFICAÇÃO DO JULGAMENTO. MEIO IMPRÓPRIO.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material.

2. Não se identifica, no recurso, qualquer ponto sobre o qual era necessária manifestação, mas apenas a discordância da parte com a solução apresentada no julgamento e seu propósito de

modificação.

3. Por contradição entende-se coexistência de afirmações em desacordo no mesmo julgado, gerando ilogicidade ao texto. Mas desse problema não se ressente o julgado.

4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

(EDcl no AgInt nos EAREsp 666.334/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/8/2018, DJe 28/8/2018)

ANTE O EXPOSTO, rejeito os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator